

A6i: SOCIAL AND ECONOMIC BENEFITS IN PROTECTED AREAS: PARTNERSHIPS AND CONCESSIONS FOR LOCAL DEVELOPMENT

Community engagement in tourism concessions in parks

Lucas Milani Rodrigues¹, Moema Pauline Barão Septani¹, Camila G. de Oliveira Rodrigues², Teresa Cristina Magro Lindenkamp³, Victor Eduardo Lima Ranieri¹

¹Universidade de São Paulo, São Carlos, Brasil; ²Universidade Federal de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil; ³Universidade de São Paulo, Piracicaba, Brasil (rodrigues.milani@gmail.com; moema@usp.br; camirural@gmail.com; teresa.magro@usp.br; victor.ranieri@gmail.com)

Twelve parks within the State of São Paulo, Brazil, ruled by its government, had the concession of their tourism services approved by State Law nº 16.260/2016. In a previous publication, we verified that Consultative Councils (CC) of those Parks did not conduct a substantive discussion prior to the approval of the Law. In this work, through documentary analysis of meeting and public hearing minutes, the community involvement in discussions about the concession in Jaraguá State Park (PEJ) was analyzed. It was found that the indigenous community living in PEJ was informed about the concession only after the approval of the law, and there was no previous discussion in the village about new possibilities of tourism arrangements. The analysis of meeting minutes shows that the indigenous community of Jaraguá objected the new proposal, participated in a public hearing after the approval of the law in the Legislative Assembly of São Paulo State and brought to the public its dissatisfaction with regard to the new law. It can be concluded that the top-down approach adopted, without prior discussion with the community directly affected by the change, was rejected by local residents, resulting in potential future conflict in the development of activities under concession.

Impact of state forest concession revenues on municipalities of the Eastern Amazon

Jime Rodrigues Ribeiro¹, Iranilda Silva Moraes¹, Claudia Azevedo-Ramos¹

¹Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil (engenheirajime@gmail.com; iranilda.ideflor@gmail.com; claudia.azevedoramos@gmail.com)

The forest concession is one of the main instruments for public forest management in Brazil. However, the effective social benefits of Amazon forest concessions still raise concerns. In 2011, Pará state had its first state concession contracts signed on 151 thousand hectares of native forests in the region of the Glebas Mamuru-Arapiuns, comprising three municipalities (Aveiro, Juruti and Santarém) in northwest of the state. In order to evaluate the forest concession revenue transferred to these municipalities and its use, this study analyzed financial reports from the state environmental agency and the municipalities. By 2016, the State Fund for Forest Development - Fundeflor - transferred approximately R\$ 3.2 million royalties to the three municipalities: 15.4% (R\$ 507,169.63) for Aveiro, 35.1% (R\$ 1,156,865.28) for Juruti and 49.5% (R\$ 1,629,427.04) for Santarém. The financial reports of Aveiro reported that the 2014 and 2015's economic resources were applied in infrastructure and purchase of supplies. Santarém reports revealed that most of the 2014 to 2016 resources were spent on travels, staff, supplies and equipment. Juruti did not present a report. The use of these resources in activities unrelated to those predicted in forest policies (or the lack of accountability) reveals the need for greater monitoring of the distribution state forest concession revenues in order to increase local benefits.

The impact of forest concessions on deforestation in protected areas of Brazilian Amazonia / Concessões florestais afetam dinâmica de desmatamento nas áreas protegidas na Amazônia brasileira

Roberto Palmieri^{1,2}, Vinicius Faria², Felipe Cerignoni², Mateus Batistella^{1,3}

¹Universidade Estadual de Campinas, Piracicaba, Brasil; ²Imaflora, Piracicaba, Brasil; ³Embrapa Informática Agropecuária, Campinas, Brasil (palmieri@imaflora.org; vinicius@imaflora.org; felipe@imaflora.org; mateus.batistella@embrapa.br)

Cerca de dois milhões de hectares de Áreas Protegidas (APs) na Amazônia brasileira foram concedidas para manejo florestal por empresas privadas. Alguns atores envolvidos com as concessões apontam preocupações quanto ao interesse econômico das empresas sobrepor-se aos interesses públicos de proteção ambiental. Esse estudo contribuiu para avaliar o impacto das concessões florestais no desmatamento. Foi utilizada a série histórica dos dados sobre desmatamento do PRODES/INPE de 2000 a 2016. Também foram realizadas entrevistas com atores relacionados às concessões. Optou-se por considerar as APs com assinatura de contrato da concessão até 2014. Cada AP foi comparada com duas APs similares em tamanho, formato, fitofisionomia e declividade, porém sem concessões florestais (grupo controle). As cinco APs concedidas analisadas tiveram menores taxas de desmatamento em comparação com as APs similares interpretados estatisticamente ao nível de 5% de significância evidenciando a contribuição das concessões florestais para manutenção da cobertura florestal. Isso pode estar relacionado ao fato das empresas que se instalam em uma UC terem inibido invasores e atividades predatórias na área protegida devido à corresponsabilidade contratual sobre essas áreas e pelo seu interesse em manter o estoque de madeira para posterior manejo pela própria empresa já que são contratos de 40 anos. Continuar monitorando essas APs por mais tempo, assim como incluir outras APs concedidas mais recentemente, evidenciarão as interferências das concessões na atividade madeireira local. Efeitos inesperados, tal como o aumento da pressão de desmatamento para áreas próximas também devem ser avaliados para o entendimento sobre as mudanças nas paisagens.

Planning concessions for support services related to visiting Brazilian Federal Conservation Units, 1998–2018 / Ações de planejamento de concessões dos serviços de apoio à visitação em unidades de conservação federais brasileiras entre 1998 e 2018

Moema Pauline Barão Septani¹ , Victor Ranieri¹

¹Universidade de São Paulo, São Carlos, Brasil (moema@usp.br; vranieri@sc.usp.br)

Concessões dos serviços de apoio à visitação em áreas protegidas têm sido defendidas como uma forma de aprimorar o uso público e contribuir para um aumento dos recursos financeiros arrecadados. Países como Brasil, Estados Unidos, Canadá, África do Sul, Nova Zelândia, entre outros, têm experiências de concessão em áreas protegidas e estudos apontam uma tendência de ampliação dessa prática. Neste contexto, o presente estudo buscou identificar as ações de planejamento das concessões em Unidades de Conservação (UCs) federais brasileiras desde 1998. Para isso, foram buscados dados sobre Leis, Decretos, Instruções Normativas, Editais, Políticas, Planos, Programas, Estratégias, e notícias e publicações do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade sobre o tema, onde foram identificadas 25 ações. Destas, seis ocorreram entre 1998 e 2002, todas sobre concessões no Parque Nacional do Iguaçu, nenhuma entre 2003 e 2009, e nove entre 2010 e 2017. Para 2018, dez ações foram identificadas relacionadas à assinatura de dois contratos e à elaboração de dez projetos. Percebe-se que houve aumento nos esforços de planejamento durante o período analisado, entretanto as informações identificadas não permitem compreender como este planejamento foi ou